

---

## Juristas discutem se Trump pode conceder perdão a si mesmo

O presidente Trump vem fazendo o que pode para obstruir as investigações oficiais sobre a interferência da Rússia nas eleições presidenciais de 2016, a seu favor. No entanto, as investigações continuam avançando, a ponto de o presidente consultar seus advogados sobre uma medida que poderia ser considerada o último recurso: usar o poder presidencial de conceder perdões para perdoar seus familiares, seus assessores e a ele mesmo.

Mas a questão é: o presidente pode perdoar a si mesmo? Mais de 20 juristas consultados pelas publicações *PolitiFact* e *Vox* concordam apenas em dizer que essa é uma questão nebulosa. A Constituição dos Estados Unidos não responde claramente a essa pergunta, porque seus elaboradores não devem ter imaginado que isso poderia acontecer. E a Suprema Corte nunca se manifestou sobre isso, porque a pergunta nunca lhe foi apresentada.

A Constituição diz apenas, em seu Artigo II, Seção 2, que o presidente “deve ter o poder de conceder suspensões da pena e perdões de crimes contra os Estados Unidos, exceto em casos de *impeachment*”. A expressão “crime contra os Estados Unidos” significa que a Constituição exclui processos civis e qualquer processo em âmbito estadual. E a pessoa perdoada pode se livrar do processo criminal, mas não do processo de *impeachment* no Congresso.

Os juristas também concordam que, para justificar o perdão presidencial, um crime precisa ter sido cometido. “Crimes futuros não se qualificam, embora o presidente possa conceder o perdão logo que o crime for cometido, não precisando esperar pela iniciação da ação criminal, diz o professor de política da Universidade Americana, Jeffrey Crouch.

Mas se o o texto da Constituição americana não autoriza explicitamente que o presidente se conceda o perdão, também não proíbe. E esse é um argumento que o presidente Trump poderá sustentar. Por isso, ninguém pode dizer, com certeza, se o presidente pode usar o poder de perdão em seu próprio benefício ou não.

O poder de perdão é considerado um dos poderes menos limitados do Executivo, disse o advogado James Robenalt, da banca Thompson Hine, especializado no caso Watergate, que resultou na renúncia do ex-presidente Richard Nixon. Antes da abertura do processo de impeachment contra Nixon, alguns de seus assessores o aconselharam a apelar para o perdão presidencial, mas ele se recusou a fazê-lo.

Haverá mais questões a serem debatidas, segundo os juristas. Por exemplo, o texto da Constituição usa o verbo “conceder” (“grant”) – em “conceder perdão” – que, ordinariamente, significa dar a alguém, diz o professor emérito de Direito da Universidade do Colorado, Harold Bruff. Esse conceito foi desenvolvido na antiga monarquia inglesa para expressar um ato de misericórdia, o que uma pessoa não pode conceder a ela mesma.

“Além disso, há o princípio que precede a elaboração da Constituição, segundo o qual ninguém pode ser o juiz da própria causa – uma noção referida em latim como “*nemo iudex in causa sua*”, acrescenta Bruff.

“As pessoas não podem processar, julgar ou ser jurado em seus próprios casos. Da mesma forma que um juiz deve se submeter à autoridade de outro juiz, se ele é processado, um presidente só pode buscar perdão de seu sucessor”, escreveu o professor de Direito da Universidade Estadual de Michigan Brian Kalt.

Isso foi o que aconteceu com o ex-presidente Richard Nixon. Foi seu sucessor, Gerald Ford, quem lhe concedeu perdão pelos crimes que cometeu e que ficaram conhecidos como o caso Watergate.

“Mas é preciso observar que um presidente que aceita um perdão, de qualquer forma, está reconhecendo que cometeu um crime. E isso pode ser usado contra ele no processo de impeachment”, diz Kalt.

### Investigação continua

Se o perdão for concedido, o que acontece com a investigação do promotor especial? A resposta é: depende de quem e do que o perdão cobre. Se Trump perdoa as demais pessoas (incluindo seus familiares) envolvidas na trama com a Rússia para ajudá-lo a ganhar as eleições, as pessoas beneficiadas ficarão imunes a processo criminal.

“A jurisprudência indica que o promotor especial Robert Mueller, nomeado pelo Departamento de Justiça para investigar o caso, não pode usar o “grand jury” ou outras ferramentas da Promotoria, como mandados de busca e apreensão, para investigar alguém que não pode denunciar”, diz o professor de Direito da Universidade Chapman Ronald Rotunda, que foi um dos investigadores de Watergate. “Isso seria um abuso do poder da Promotoria”.

No entanto, se o perdão for concedido a determinadas pessoas, isso não coloca um ponto final na investigação. Afinal, a investigação é sobre a interferência da Rússia nas eleições americanas, não sobre uma ou algumas pessoas em particular, embora elas possam ser identificadas como autoras de um crime e penalizadas, se não houver perdão, diz o advogado James Robenalt.

“A investigação em andamento é uma investigação de contra-inteligência. Não é uma investigação, para dar um exemplo, sobre quem roubou o banco, em que o objetivo é processar os ladrões. É mais sobre como esse banco foi roubado, em que o objetivo é impedir que isso aconteça novamente”, diz o professor de Direito da Universidade da Pensilvânia, Kermit Roosevelt.

“Para realmente trancar a investigação através da concessão de perdão, o presidente teria de conceder perdão, separadamente, a cada um dos integrantes do grupo envolvido nas investigações. Ou teria de conceder uma anistia geral”, diz Robenalt.

### Date Created

23/07/2017